



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

18/02/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Paulo Guedes desidrata a reforma para estados após briga na equipe

Uma forte divergência na equipe econômica sobre o texto da reforma da Previdência levou o ministro Paulo Guedes (Economia) a optar por desidratar o trecho dedicado aos servidores públicos. A decisão pouco afeta a União, mas coloca em xeque o destino da reforma nos municípios e, especialmente, nos estados —justamente quem mais tem urgência numa solução para o problema do déficit previdenciário.

O governador de Goiás é um dos que estão preocupados com o rumo da reforma para os demais entes da federação. “Fiquei sabendo dessa exclusão e que a reforma não tem medidas universais, que fica só no governo federal. Mas precisam lembrar que nós dos estados, e também os municípios, dependemos dessa reforma”, disse à Folha o governador goiano, Ronaldo Caiado, neste domingo (17). Caiado desembarca em Brasília nesta segunda-feira (18) para tratar da questão.

Pessoas que acompanham os ajustes finais na reforma da Previdência, e que falaram na condição de anonimato, explicam que foram retirados da proposta de reforma instrumentos que viabilizam o ajuste mais rápido e eficiente do crescente buraco nas previdências estaduais.

Entre eles estão a exigência de contribuição extraordinária dos servidores em caso de déficit do sistema; a obrigatoriedade de se fazer equacionamento do passivo; a transformação da Previdência pública em fundo de pensão —nos moldes já adotados por estatais federais, que têm fundos como Petros, da Petrobras—; bem como a possibilidade de o estado aportar ativos nos fundos e fazer securitização (transformar essa dívida em títulos que são oferecidos ao mercado financeiro para adiantar recursos).

Para uma parte da equipe econômica, a permanência dessas exigências no texto faria com que os servidores bombardeassem a reforma no Congresso, como ocorreu na gestão de Michel Temer. Resultado: o governo do presidente Jair Bolsonaro assumiria riscos desnecessários, comprometendo o avanço de uma reforma que está atrasada e é urgente.

Outra ala, porém, insistiu na permanência das exigências, alegando que a União não podia abandonar os estados. Argumentaram que a maioria dos governadores precisa que medidas mais duras envolvendo servidores estejam na reforma federal, pois não tem força política para contrariar funcionários estaduais e adotá-las isoladamente.

A divergência foi tão acirrada que Guedes, para pacificar o grupo e destravar os trabalhos, deu o voto de minerva pelo caminho mais seguro para o conjunto da reforma e que, ao mesmo tempo, preservasse interesses da União.

Foram mantidas basicamente duas medidas envolvendo servidores: as elevações da idade mínima — que muda o paradigma de aposentadoria em todo o país, mas tem pouco efeito financeiro no curto prazo para os estados— e da alíquota de contribuição do servidor, para 14%.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 18/02/2019



Fonte do clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 18/02/2019

Nem reforma da Previdência dá fôlego à retomada em 2019

Mesmo que a reforma da Previdência seja aprovada neste ano, é pouco provável que a economia brasileira encontre fôlego para deslanchar em 2019. Passada a euforia com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), já há no mercado quem espere crescimento abaixo de 2%, com a retomada mais forte, uma vez mais, sendo empurrada para o próximo ano. Até meados de 2018, economistas previam alta perto de 3% para o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

Aos poucos, no entanto, toma corpo a percepção de que os efeitos positivos da reforma da Previdência sobre a confiança dos agentes são incertos e não terão repercussão imediata sobre a capacidade de o governo voltar a investir. Além disso, uma velha combinação de travas ao crescimento ainda não se desfez. Analisando os componentes do PIB, especialistas ouvidos pela **Folha** explicam por que os canais de aceleração da retomada seguem obstruídos.

No front externo, uma expansão mais forte está descartada, dado que as exportações serão afetadas tanto pela desaceleração mundial quanto pela queda dos preços de commodities.

O impulso poderia vir dos investimentos, já que o setor teve um dos piores desempenhos durante a recessão, caindo cerca de 30% entre 2014 e 2016. Mas aqui o prognóstico também não é bom.

Ainda que saiam do papel, as concessões em infraestrutura prontas para serem oferecidas ao mercado só devem produzir algum efeito sobre a economia nos próximos anos.

O motor de investimento do governo, por sua vez, segue bloqueado pela crise fiscal e pela orientação da nova equipe econômica, que já deixou claro que a dianteira deve ser tomada pelo setor privado.

Da parte das indústrias, há a necessidade de lidar com pelo menos dois obstáculos importantes: o alto nível de máquinas ainda paradas e o consumo em ritmo lento por causa do desemprego: hoje, são mais de 12 milhões de desocupados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 17/02/2019